

O FUTURO DO EMPREGO E A TESE DA MASSA MARGINAL¹

José Nun

Tradução do espanhol: Alexandre Morales

RESUMO

O artigo revisa e expande argumentos elaborados pelo próprio autor há três décadas, mediante os quais questionava a assimilação então corrente entre as noções de superpopulação relativa e de exército industrial de reserva e cunhava o conceito de "massa marginal". Ao retomar tais argumentos à luz do ocorrido desde então nos planos teórico e empírico, busca desvincular algumas contribuições válidas da literatura sobre "o fim do trabalho" da questão mais específica do emprego, conectando-as em contrapartida com o problema geral da desigualdade.

Palavras-chave: fim do trabalho; tese da massa marginal; desigualdade social.

SUMMARY

In this article, the author revises and expands some of his own arguments developed three decades ago, where he questioned the then current correlation between the notions of relative surplus population and industrial reserve army, introducing the concept of "marginal masses". In reviewing these arguments in light of what has happened since on both a theoretical and empirical plane, the author seeks to separate some of the valid contributions in the literature on the "end of labor" from the more specific issue of employment, linking them instead to the more general problem of inequality.

Keywords: labor; marginal masses; social inequality.

Como se sabe, é muito pouco o que se pode dizer com validade sobre o futuro a partir do campo das ciências sociais: as leis de causalidade que por vezes evocamos costumam ser meramente estatísticas; nossas explicações sobre o passado ou o presente são demasiado parciais para serem estendidas ao que está por vir; e, como se não bastasse, nosso objeto de estudo é ele mesmo altamente heterogêneo e instável².

No entanto, se nos estão vedadas as previsões, podemos pelo menos formular conjecturas mais ou menos plausíveis. De fato, como assinalou certa vez Sheldon Wolin, na história do pensamento político as advertências têm sido sempre mais importantes que as previsões; e as advertências não são outra coisa senão conjecturas acerca dos resultados indesejáveis que podem ser gerados se não se adotar as medidas necessárias para evitá-los. Por isso, o maior êxito a que podem aspirar consiste justamente em não se cumprir, isto é, em impedir que venha a ocorrer aquilo sobre o que previnem — o que é outra forma de dizer que as

(1) Publicado originalmente em *Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales*, n° 152, vol. 38, 1999 (cotejado com a versão inglesa, publicada em *Latin American Perspectives*, 27(1), jan. 2000).

(2) Hobsbawm (1995: 15) o disse sem volteios: "O êxito dos pressagiadores nos últimos trinta ou quarenta anos, independentemente de suas aptidões profissionais como profetas, tem sido tão espetacularmente baixo que só os governos e institutos de pesquisa econômica persistem confiando neles, ou aparentam fazê-lo". A conclusão de Heilbroner (1995: 115) é semelhante: "Qualquer esforço de prever o curso que seguirão no próximo século a política, as relações sociais, as crenças religiosas e mesmo a ciência é pura arrogância".

advertências só se referem ao futuro porque pretendem ter algum efeito sobre o presente.

E é precisamente a isso, a situar-se na forma da advertência, que obriga hoje qualquer reflexão sobre o futuro do trabalho assalariado. Por certo, nem sempre foi assim. Num famoso ensaio de 1873, sobre o futuro das classes trabalhadoras, Alfred Marshall descartava que os homens viessem por fim a ser iguais, mas estava certo de que o progresso continuaria "firme, ainda que lentamente, até que ao menos em seu ofício cada homem seja um fidalgo".

Mais tarde, há cerca de cinquenta anos, dois conhecidos especialistas franceses se perguntavam como seria o mundo quando chegasse o ano 2000 (Fourastié e Vimont, 1956), e respondiam que o medo do trabalhador ao desemprego tecnológico já não se justificava, pois "hoje os problemas da desocupação, do poder aquisitivo e das crises econômicas foram dominados pela ciência econômica, assim como a tuberculose e as doenças infecciosas o foram pela medicina" (p. 103). Não que ignorassem as dificuldades: os sistemas econômicos não-coletivistas, diziam, engendram necessariamente crises periódicas e desocupação crônica, mas

as estimativas econômicas e a adaptação da estrutura da população ativa à estrutura do consumo já vêm reduzindo, e reduzirão ininterruptamente no porvir, as crises econômicas e o subemprego, à medida que essas técnicas de estimativas e diretrizes se aperfeiçoem (p. 126).

Eles escreviam em pleno auge do keynesianismo fordista e do Estado de Bem-estar, apoiavam suas conjecturas em alguns aspectos parciais da realidade de seu tempo e não imaginavam que o século se encerraria com mais de 800 milhões de seres humanos desempregados ou subempregados (50 milhões deles nos países mais ricos do mundo) e com a perspectiva de recrudescimento dessa situação em face de uma população planetária que nos próximos 25 anos poderá aumentar em mais de um terço. Basta pensar que nos dez anos vindouros, segundo estimativas das Nações Unidas, deveriam ser gerados mais de um bilhão de novos postos de trabalho, não para eliminar o desemprego, mas tão-somente para impedir seu crescimento.

Pouco depois da publicação do livro de Fourastié e Vimont — em 1966, para ser exato —, eu começava a propor uma visão do tema muito diferente, afirmando, entre outras coisas, que os "Estados Unidos começam a se assemelhar aos países subdesenvolvidos — aqui, os da América Latina —, na medida em que geram uma *massa marginal* não absorvível pelo setor hegemônico da economia" (Nun, 1969: 211). Tal conceito suscitou muita polêmica na época, o que não impediu que o núcleo do argumento de então voltasse a aparecer amiúde, com roupagens diversas, na copiosa literatura acerca do tema.

Ouçamos, por exemplo, algumas vozes do Primeiro Mundo:

Enfrentamos um futuro no qual o desemprego será uma experiência normal e não aberrante para a massa da população. Como agora todos nos contamos entre os potencialmente desocupados, isto se tornou muito mais que um tema de agradável especulação sobre as vidas dos outros (Kumar, 1984: 15). A doença da desocupação tecnológica alcançou hoje um estágio endêmico e tende a ser irreversível (Lunghini, 1995: 61). Um mundo de ausência de trabalho está se aproximando a passos largos e pode chegar antes que a sociedade tenha tempo suficiente tanto para debater suas importantes consequências quanto para se preparar plenamente para seu impacto generalizado (Rifkin, 1996: 117). Em todos os países pós-industriais encaminhamo-nos para um capitalismo sem trabalho (Beck, 1997: 51). Não é necessário ser profeta para reconhecer o principal problema que preocupará as instituições de nossas economias políticas em um futuro previsível, tanto em âmbito nacional como global (Offe, 1996: 24).

Esse problema principal é, desde logo, a falta de trabalho remunerado; e é por demais significativo que na década de 1950 se considerasse como pleno emprego uma taxa de desocupação de até 3%, que na década de 1960 essa cota tenha subido a 4%, que na década de 1980 oscilasse, no mínimo, entre 5% e 5,5%, e que atualmente já se julgue mais que aceitável um piso de 6% ou 7%³.

No entanto, minha tese da massa marginal não visava apenas o problema do desemprego; ao menos nesse sentido, ia além do debate atual, em que a OIT, por exemplo, sustenta que a desocupação ainda pode ser eliminada, enquanto autores como os citados acima opinam que não. Por isso e por outros motivos que abordarei aqui, creio que pode ser útil voltar brevemente àquela tese e a alguns de seus fundamentos.

A tese da massa marginal

Nos *Grundrisse*, primeiro, e depois em *O capital*, Marx elaborou as noções de *superpopulação relativa* e *exército industrial de reserva*, as quais têm influído até hoje nas análises das dinâmicas da acumulação capitalista e do emprego, embora muitas dessas análises costumem omitir esta fonte ou nem sequer tenham consciência dela.

Meu argumento partia de uma crítica à maneira pela qual autores tão influentes como Oskar Lange ou Paul Sweezy haviam assimilado essas duas noções, como se fossem análogas, sem se aperceber da importante diferença

(3) Refiro-me ao que os economistas denominam Nairu (*Nonaccelerating inflation rate of unemployment*), cujos componentes de justificação ideológicos são difíceis de ignorar. Em 1983, por exemplo, o *U.S. Economic Report of the President* considerava que o patamar inflacionário da taxa de desemprego local devia ser estimado entre 6% e 7%; quinze anos depois, o nível de desocupação nesse país girava em torno de 4,5% e a taxa de inflação era de menos de 2% ao ano. O mesmo ocorre na Holanda, com uma taxa de desemprego de 4,2% e uma inflação anual de 2,5%.

entre a gênese de uma população excedente e os efeitos que sua aparição provoca no sistema que lhe dá origem, tal como se depreende do tratamento que o próprio Marx deu ao tema nos *Grundrisse* (Marx, 1968, em especial pp. 105-113)⁴ — uma obra, devo acrescentar, que não estava disponível quando Lange e Sweezy produziram suas principais análises. Segundo Marx (1968: 106),

são os meios do emprego e não os da subsistência que inserem [o trabalhador] na categoria da superpopulação. Mas isso precisa ser concebido de modo mais geral e vinculado à mediação social por meio da qual o indivíduo obtém acesso aos meios de sua reprodução e os gera. Em uma palavra, vinculado às condições de produção e às relações do indivíduo com elas.

Isso significa que o excedente de população "é portanto um excedente para certo nível de desenvolvimento" e, conseqüentemente, "cada modo de produção tem suas próprias leis de crescimento da população e da superpopulação" (pp. 109 e 110).

Fica claro assim o caráter geral que Marx atribui ao conceito de superpopulação. A confusão em que incorreu a maioria de seus comentaristas deve-se, entre outras coisas, ao fato de terem centrado suas análises no Capítulo 23 de *O capital*, em que Marx examina como é gerada a superpopulação relativa no modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, trata dos efeitos funcionais que ela tem sobre a dinâmica da acumulação em um estágio determinado, isto é, da medida em que opera efetivamente nesse caso como um exército industrial de reserva. O problema é que essa identificação equivocada das duas noções lhes impediu de ver que a superpopulação pode produzir também efeitos não-funcionais e, desse modo, obsteu-lhes o exame tanto das condições em que emergem efeitos de um ou outro tipo como das suas conseqüências.

Foi precisamente para tematizar os efeitos não-funcionais da superpopulação relativa (os quais, de acordo com as circunstâncias, podem ser afuncionais ou disfuncionais) que introduzi a categoria da *massa marginal*. É óbvio — e assim o disse — que, tal como a categoria do exército industrial de reserva, ela remete às relações entre a população excedente e o sistema que a origina, e não aos agentes ou suportes mesmos de tais relações, ao contrário do que alguns quiseram interpretar⁵.

Marx englobara no exército industrial de reserva três "modalidades muito diversas da superpopulação relativa": a latente, a estagnada e a flutuante. Uma vez que considerava as duas primeiras como formas transicionais, sua reflexão teórica se concentrou na terceira, isto é, na situação desses contingentes de operários que, nos centros da indústria moderna, "a produção tão prontamente repele como volta a atrair" (Marx, 1956, vol. I: 532-542).

(4) Para um desenvolvimento muito mais extenso dessas questões, ver Nun, 1969 e 1972: 97-128.

(5) Ver, por exemplo, minha polêmica com Fernando Henrique Cardoso, o qual, vários anos depois, acabaria por reconhecer a existência dos excedentes de população não-funcionais a que me referia (cf. Nun, 1972). Já Anibal Quijano (1969 e 1970), que aceitou e seguiu meu tratamento teórico do tema, passou a designar mais descritivamente como "pólo marginal" da economia não tanto o tipo de relações que mencionei, mas "um conjunto de ocupações ou atividades estabelecidas em torno do uso de recursos residuais de produção" (Quijano, 1998: 70).

Note-se que Marx estava às voltas com o capitalismo industrial em sua fase competitiva e que seu referencial empírico era a Inglaterra pré-1875, quando tal fase chegava ao seu apogeu e o capitalismo ainda constituía basicamente um negócio de empreendedores individuais em pequena escala e estreitamente à mercê dos avatares do mercado. Era uma época em que o desenvolvimento da maquinaria tendia a uma progressiva desqualificação profissional da força de trabalho, destruindo a hierarquia de trabalhadores especializados própria da manufatura. Isso fez com que Marx desse como certo um processo de homogeneização crescente tanto do mercado de trabalho como da mão-de-obra, cuja reposição parecia cada vez menos problemática.

Assim se explica a funcionalidade que ele atribuía à população excedente no contexto de um capitalismo pujante e autônomo, capaz de otimizar suas decisões de investimento em termos dos fatores de produção localmente disponíveis. Essa população excedente supria os braços necessários na etapa ascendente do ciclo econômico e nos momentos de "expansão súbita" do capital, como o da construção das estradas de ferro⁶; era também uma ameaça constante e disciplinadora para os trabalhadores ocupados; e era, por fim, "o fundo contra o qual se move a lei da oferta e da procura de trabalho", isto é, um freio para a alta desmedida do preço da força de trabalho (Marx, 1956, vol. I: 509, 512 e 515).

Há várias e importantes razões para que, desde então, uma análise em termos da funcionalidade da superpopulação relativa se mostre necessária mas não suficiente para caracterizar suas relações com o setor dominante da economia. Vou assinalar três delas que considere centrais há trinta anos e que desde então tenderam a se tornar ainda mais significativas e complexas⁷.

A primeira é a passagem do modo de produção capitalista à sua fase monopolística, que Marx previu mas não analisou⁸. Neste novo estágio de acumulação os mercados de trabalho se segmentam fortemente; a ciência e a técnica são incorporadas ao processo produtivo, com o que se transforma a demanda por qualificação da mão-de-obra e reduz-se a possibilidade de reposição dos trabalhadores; e, ainda que não desapareçam, amortecem-se consideravelmente as funções diretas e indiretas que cumpria a superpopulação relativa em relação ao setor dominante da economia, o qual tende a operar agora nos distintos mercados muito mais como *price giver* que como *price taker*⁹ e a desenvolver diversas estratégias de integração do trabalhador à empresa, sob o marco de uma legislação social que praticamente não existia no tempo de Marx e da ação de sindicatos de massas que ele jamais chegou a conhecer¹⁰.

A segunda razão vincula-se ao poderoso impulso adquirido pela internacionalização do capital no século XX, que afetou tanto os países centrais como os periféricos. Por um lado, as decisões de investimento das empresas transnacionais passaram a ser tomadas cada vez mais em escala mundial e a não depender necessariamente das taxas de rentabilidade locais. Por outro, sobretudo nos países periféricos, rarefez-se aquela congruência entre as inovações tecnológicas e a provisão dos fatores de produção locais

(6) Convém lembrar que Marx admite repetidamente a possibilidade do pleno emprego no ápice do ciclo econômico (ver, por exemplo, Marx, 1956, vol. V: 75). Braverman (1974: 386) retomaria o ponto muito tempo depois: a desocupação "é continuamente produzida e absorvida pelo vigor do próprio processo de acumulação".

(7) É preciso aqui ter em conta algumas circunstâncias. A primeira é que, em termos do desempenho da economia mundial, minhas análises originais acerca da marginalidade foram feitas quando apenas se iniciava o segundo dos três períodos que Brenner (1998: 9) distingue no pós-guerra: grande ascensão, 1950-65; queda dos lucros e crise, 1965-73; e grande declínio, de 1973 até os dias de hoje. A segunda é do ponto de vista da organização produtiva. Minhas análises abordaram alguns efeitos que constituiriam tão-somente o início dos processos de automatização baseados em computadores, os quais adquiriram pleno impulso nas décadas de 1970 e 1980. Por fim, tais análises situaram-se contextualmente no limiar de uma série de grandes mudanças de cunho cultural que depois conformariam o tamanho e a composição da força de trabalho, como o atestaria a incorporação crescente das mulheres ao mercado de trabalho. Note-se que a crítica feminista às interpretações tradicionais da divisão social do trabalho emergiu somente no fim da década de 1960.

(8) Pouca dúvida pode caber acerca do caráter notavelmente antecipatório de sua digressão sobre a automação nos *Grundrisse*, em que avança sua difundida proposição sobre a natureza contraditória do capitalismo, que, "de um lado, impõe a reduzir o tempo de trabalho a um mínimo e, de outro, estabelece o tempo de trabalho como a única fonte e a única medida da riqueza" (Marx, 1968: 222).

(9) Utilizo aqui a conhecida distinção introduzida por Scitovsky (1951: 182).

(10) Anos depois seria desenvolvida mais precisamente a idéia dos "contratos implícitos", segundo a qual os empregadores do setor dominante oferecem salários mais altos, segurança no emprego e perspectivas de ascensão em troca de um maior nível de dedicação e esforço por parte do trabalhador (ver, por exemplo, Azariadis, 1975). Desde os finais da década de 1970, porém, os princípios do taylorismo (um dos pilares do fordismo) passaram a perder terreno e tais

que tão bem estudou Habakkuk (1967) para os casos da Inglaterra e dos Estados Unidos no século XIX. Daí a limitada pertinência para a América Latina e o Caribe de um modelo como o de "desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra", elaborado por W. Arthur Lewis (1960) para essas regiões. Tal modelo consistiu, na verdade, em uma extrapolação quase literal e não admitida da teoria de Marx sobre o exército industrial de reserva, o que levou Lewis a supor um crescimento sustentado do moderno pólo industrial da economia, baseado em tecnologia intensiva em mão-de-obra, salários constantes e reinvestimento local contínuo dos altos lucros assim obtidos. Nessas condições, não só toda a população excedente que antes era absorvida pela economia de subsistência se torna, por definição, funcional ao sistema, como o que passa a ser problemático é o seu esgotamento, que por seu turno implica importação de trabalhadores ou exportação de capitais¹¹.

A terceira razão, por fim, concerne às profundas modificações que vêm ocorrendo por toda parte na estrutura ocupacional desde há pelo menos cinquenta anos. Tanto as análises de Marx como muitas outras que lhes seguiram tomaram o setor industrial como ponto de referência, e mesmo os Estados de Bem-estar do pós-guerra ainda estavam organizados em torno da figura do operário fabril e único arrimo da família. Em entanto, como já se disse em referência à Inglaterra, se há até poucas décadas o trabalhador típico era, com efeito, um operário industrial, chefe de família, com emprego estável e remuneração satisfatória, hoje ele tende a ser cada vez mais uma mulher sem cônjuge que sustenta a família com um emprego temporário e mal-remunerado no setor de serviços. Seja como for, o certo é que a indústria declinou claramente como empregadora de mão-de-obra em face de um generalizado processo de expansão do setor terciário, tanto público quanto privado. A consequência é que a estrutura ocupacional se tornou muitíssimo mais heterogênea e instável do que imaginaram aquelas análises, fragmentando os mercados de trabalho e aduzindo enorme complexidade aos efeitos dos excedentes de população sobre os movimentos da acumulação capitalista.

Mas não é só isso. A crise da grande fábrica fordista e as crescentes exigências de especialização do setor de serviços se combinam agora para produzir um efeito duplo: um aviltamento cada vez maior da mão-de-obra não-qualificada e uma vasta incerteza ocupacional dos trabalhadores qualificados, para muitos dos quais já perdeu sentido a própria idéia de "carreira". Isto explica um fenômeno novíssimo e crítico: "a explosão das desigualdades dentro de cada grupo sociocultural" (Cohen, 1998: 71). E indica um possível equívoco: a segmentação dos mercados de trabalho não necessariamente implica uma correspondente desagregação dos contingentes de trabalhadores, já que estes com frequência participam alternadamente em vários daqueles mercados.

Desta forma, então, volto ao tema da massa marginal. Em face dos diversos processos de acumulação que ora se superpõem e se combinam e que já não podem ser concebidos como meros momentos de transição rumo a um único grande processo no qual todos acabariam por se

"contratos implícitos" seguiram cada vez mais as trilhas muito diversas do "neotaylorismo" e do "kalmarianismo", para usar os termos de Lipietz (1992:17). Hoje esses contratos estão perdendo importância e abarcam uma diminuta parcela da mão-de-obra.

(11) Será ocioso dizer que as coisas não se sucederam precisamente assim quando os países do Caribe se inspiraram em Lewis para implementar suas políticas de "*industrialization by invitation*". Como assinala há muito tempo, a melhor crítica à relevância deste modelo para a explicação das situações de subdesenvolvimento se depreende do próprio elogio que lhe dirige Kindleberger (1967: 1), mais uma vez sem menção ao débito com Marx: "Ajuda a compreender tanto o crescimento da Grã-Bretanha durante a Revolução Industrial como o aumento da renda real dos trabalhadores quando aquele crescimento diminuiu na segunda metade do século XIX; é também pertinente para o desenvolvimento dos Estados Unidos entre 1880 e 1913; e em particular [...] é útil para explicar as altíssimas taxas de crescimento de alguns países da Europa após a II Guerra Mundial". Ou seja, o chamado "efeito Lewis" nada mais é do que o "efeito exército industrial de reserva", e sua aplicabilidade geral para o caso da América Latina está longe de ser evidente.

dissolver, os mecanismos de geração da superpopulação relativa se pluralizam e varia também a funcionalidade de seus efeitos conforme o setor. É assim que os desocupados são o componente mais dramático e visível desse processo, mas de modo algum o único¹². Em uma primeira e muito esquemática aproximação, pode-se afirmar que tais desocupados podem atuar, ao mesmo tempo, como um exército industrial de reserva no mercado de trabalho secundário (onde tende a operar o setor competitivo) e como uma massa marginal no mercado primário (onde predomina com frequência o setor monopolístico), e que, ademais, a mão-de-obra redundante em relação a este último não necessariamente carece de emprego, pois pode estar ocupada em outro segmento ou até mesmo, em situações de grande atraso, fixada ainda à terra ou a alguma fonte de consumo. É certo que há graus variáveis de satelitização de um segmento por outro, mas o que me importa assinalar aqui é a distância que separa a conceitualização que venho propondo tanto dos enfoques mais clássicos sobre o tema como de algumas das teorizações mais recentes.

Em relação aos primeiros, minha tese da massa marginal buscou questionar o hiperfuncionalismo de esquerda, para o qual até o último camponês sem terra da América Latina (ou da África) aparecia como funcional para a reprodução da exploração capitalista. Procurei mostrar que em muitos lugares, ao contrário, crescia uma população excedente que, no melhor dos casos, era simplesmente irrelevante para o setor hegemônico da economia e, na pior das hipóteses, se convertia em perigo para sua estabilidade. Isto expunha a ordem estabelecida ao problema político da gestão desses excedentes não-funcionais de mão-de-obra, a fim de evitar que se tornassem disfuncionais. Assim, sugeri que uma das estratégias de afuncionalização mais difundidas era a que levava — a contrapelo da percepção sociológica convencional — à diminuição da integração do sistema em termos de propiciar maior integração social. Se o *apartheid*, em suas diversas formas, era o exemplo mais extremo desta estratégia, também a literatura sobre o dualismo estrutural ou os guetos urbanos proporcionava ilustrações abundantes.

Quanto à literatura mais recente, creio que — por estar altamente determinada pela experiência dos países centrais e por carecer de uma visão mais ampla da dinâmica da acumulação capitalista — quase sempre incorre em algumas confusões que é conveniente dissipar à luz do exposto. Ainda mais porque não é infrequente nela uma falácia de construção que a leva a exagerar e a absolutizar de forma no mínimo prematura certas tendências que efetivamente se verificam.

O fim do trabalho?

Nas primeiras décadas do pós-guerra, a maioria dos países capitalistas centrais não somente experimentou um espetacular crescimento econômi-

(12) É um tanto surpreendente a afirmação de Quijano (1998: 109) de que o "limite" e a "dificuldade" da minha análise sobre a massa marginal tenham sido sua concentração no caso dos "trabalhadores sem trabalho". Ora, nunca foi assim nem no plano teórico nem no das pesquisas empíricas que eu e meus colaboradores empreendemos (ver, por exemplo, Nun, 1989, e alguns dos textos em *Revista Latinoamericana de Sociologia*, 1969). Tanto mais que as situações nas quais ele se concentra — e que, supõe-se, superariam aquele "limite" e aquela "dificuldade" — nada mais são que manifestações atuais do que Marx chamava as formas "latente" e "estagnada" da superpopulação relativa.

co, com taxas de inflação muito baixas, como também alcançou níveis próximos do pleno emprego — isso a despeito da persistência de consideráveis desigualdades e bolsões de pobreza, que nos Estados Unidos, por exemplo, suscitou a *"war on poverty"* nos anos 1960 e a constituição de uma área de investigação específica sobre o tema¹³.

Sob os auspícios do keynesianismo fordista, as políticas macroeconômicas tomavam para si a responsabilidade pelo problema da ocupação, enquanto os riscos inflacionários eram geralmente administrados no plano microeconômico, mediante acordos sobre salários e produtividade entre empresas e sindicatos. Consumava-se assim a chamada "sociedade salarial" (Castel, 1995), em que o emprego em tempo integral, estável, bem-remunerado e com proteções legais constituía o dispositivo-chave de distribuição de renda e a sustentação para a dimensão social da cidadania a que se referiu T. H. Marshall (1963).

Como é notório, tal situação mudou drasticamente no último quartel do século, quando a inflação tornou-se o item principal da agenda pública e o emprego, tão-somente, uma questão a ser pactuada pelos mercados. A par disso, a recessão econômica culminou nos anos 1970, enquanto os processos de automatização ganharam ímpeto em quase todos os setores. Seguiu-se um aumento alarmante da desocupação e da subocupação. Foi então que autores como Gorz, Habermas e Dahrendorf começaram a lançar a questão do fim do trabalho, a qual passou a ser objeto ambíguo de interpretações as mais distintas.

Na verdade, e mantendo-nos ainda no contexto dos países mais desenvolvidos, parece óbvio que não é o mesmo falar de *fim do trabalho*, de *fim do trabalho assalariado* ou de *fim do trabalho assalariado estável e bem-remunerado*. Tampouco dá no mesmo tratar o trabalho principalmente como fator de produção, como mecanismo de distribuição de renda ou como expressão da liberdade criativa do ser humano (cf. Média, 1995: 137).

O trabalho e seus significados

É bom recordar que até o século XVII não só o trabalho não constituía o centro das relações sociais, tal como ocorreria mais tarde, como ainda conotava sofrimento e humilhação¹⁴. A mudança de significado — sob todos os aspectos notável — sucederia na segunda metade no século seguinte, e já indissociável de outros três grandes processos: a ascensão do capitalismo, com a difusão das relações mercantis e a conseguinte estruturação dos mercados, entre os quais o da mão-de-obra desempenharia papel obviamente decisivo; a emersão da idéia de civilização como o oposto das inclinações naturais e não-controladas dos homens; e a concepção da economia como domínio autônomo, cuja certidão de nascimento foi lavrada por Adam Smith em 1776, em crítica manifesta às idéias mercantilistas. Esta distinção de uma esfera propriamente econômica não tinha

(13) Na verdade, os desempenhos da economia norte-americana e das principais economias européias estavam longe de ser idênticos, pois desde finais dos anos 1940 até inícios dos anos 1960 a primeira registrou taxa de crescimento relativamente baixa, níveis de desemprego comparativamente altos e (contrariamente ao previsto pela curva de Philips) salários elevados (ver, por exemplo, Brenner, 1998:48-63). Ademais, como assinala Esping-Andersen (1997: 243), nos anos 1960 surgiu em vários países um *"new Welfare State egalitarianism"* impulsionado menos pela classe operária que por "novos" grupos sociais: "Alguns, como os pensionistas, foram criações do próprio *Welfare State*, outros, como as mulheres e as minorias, simplesmente haviam sido deixados de lado na primeira fase de construção do *Welfare*".

(14) Recordemos uma das imagens mais clássicas. Quando Deus expulsa Adão e Eva do Paraíso e os condena a ser mortais, o castigo imposto ao primeiro é justamente o de ganhar o pão com o próprio suor, enquanto Eva deverá parir com dor. Por isso, termos como *"travail"* em francês ou *"labour"* em inglês foram investidos dessa dupla referência ao parto e ao trabalho, ambos entendidos como castigos pelo pecado original.

precedentes históricos e se baseou em dois postulados: o da sua coerência interna e o da sua orientação para o bem comum (cf. Dumont, 1987: 122). De qualquer forma — seja por sua falta de solidez, seja por seus efeitos perniciosos —, aquilo que se rechaçava teve de ser admitido: a necessidade de intervenção política na esfera econômica para ordená-la ou corrigir seus desvios. A economia se apresentou, portanto, como duplamente dotada: de uma lógica própria e da capacidade de resolver por si mesma o grande problema da coesão social.

E com isso volto ao nosso assunto: o núcleo dessa solução radicou justamente no novo conceito de trabalho que os economistas introduziram, conferindo-lhe pela primeira vez uma significação homogênea, mercantil e abstrata, cuja essência era o tempo. A riqueza das nações passou assim a ser definida pelo trabalho de seus habitantes e pelos recursos com que eles poderiam contar. Como conclui Meda (1995: 69) em sua aguda análise desse processo, em um mesmo movimento o trabalho passou a ser considerado como a mais alta manifestação da liberdade individual e como mercadoria, quer dizer, como emprego. E, como tal, se converteu no fundamento ético — e não só econômico — do capitalismo e no símbolo por excelência da civilização, em obrigação moral e não apenas em meio de subsistência (cf. Applebaum, 1995).

A radical novidade desta concepção viria a dominar o século XIX no Ocidente. Desde então o trabalho aparece como a verdadeira essência do homem, a cultura tende a ser assimilada basicamente como trabalho e este se torna, na prática, "uma religião secular" (cf. Kumar, 1984: 7). Isso não implica desconsiderar os fortes protestos e revoltas contra a exploração capitalista que acompanharam a Primeira Revolução Industrial ou as notórias críticas socialistas (e não só as socialistas) à alienação e ao trabalho assalariado que lhe seguiriam o rastro. Em geral, porém, os questionamentos não se dirigiam ao trabalho em si mesmo, mas antes aos modos com que o pervertia uma sociedade injustamente organizada.

Dáí que, se nos primeiros anos no século XX os programas dos partidos de esquerda ainda propugnavam a abolição do trabalho assalariado, com a social-democracia é que surgiram os maiores estímulos para consolidá-lo, desconectando em toda medida do possível o emprego e a renda dos avatares do mercado. Esta proteção ao trabalhador dentro e fora do local de trabalho foi, com efeito, o traço característico dos Estados de Bem-estar, por meio dos quais adquiriu plena vigência a chamada "sociedade salarial".

Como explica um de seus mais esclarecidos intérpretes, uma sociedade salarial não é simplesmente uma sociedade em que a maioria dos trabalhadores é assalariada, mas uma sociedade crescentemente homogênea, com pleno emprego, em que o trabalho assalariado confere *status*, dignidade e proteção e em que aparece assim um novo tipo de segurança, ligado ao trabalho e já não só à propriedade (cf. Castel, 1995). Tal a construção historicamente inédita que se foi erigindo nos países desenvolvidos durante o pós-guerra, com feições próprias a cada qual; e é ela que

REFERÊNCIAS

Altimir, Oscar. "Desigualdad, empleo y pobreza en América Latina". *Desarrollo Económico*, 37(145), 1997.

Applebaum, Herbert. "The concept of work in Western thought". In: Gamst, Frederick C. (ed.). *Meanings of work*. Albany: State University of New York Press, 1995.

Azariadis, Costas. "Implicit contracts and underemployment equilibria". *Journal of Political Economy*, 86(6), 1975.

Beck, Ulrich. "Capitalism without work". *Dissent*, inverno de 1997.

Block, Fred. "Political choice and the multiple 'logics' of capital". *Theory and Society*, nº 15, 1986.

_____. *Postindustrial possibilities*. Berkeley: University of California Press, 1990.

Braverman, Harry. *Labor and monopoly capital*. Nova York: Monthly Review Press, 1974.

Brenner, Robert. "The economics of global turbulence" (special report). *New Left Review*, nº 229, 1998.

Castel, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Arthème Fayard, 1995.

Cohen, Daniel. *Riqueza del mundo, pobreza de las naciones*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

Dumont, Louis. *Ensayos sobre el individualismo*. Madrid: Alianza, 1987.

Esping-Andersen, Gosta. "Towards a post-industrial Welfare State". *International Politics and Society*, nº 3, 1997.

Fitoussi, Jean-Paul. *El debate prohibido*. Barcelona: Paidós, 1996.

_____. e Rosanvallon, Pierre. *La nueva era de las desigualdades*. Buenos Aires: Manantial, 1997.

Fourastié, Jean e Vimont, Claude. *Histoire de demain*. Paris: Presses Universitaires de France, 1956.

Gamst, Frederick C. "Considerations of work". In: Gamst, Frederick C. (ed.). *Meanings of work*. Albany: State University of New York Press, 1995.

Gordon, David M. *Fat and mean*. Nova York: The Free Press, 1996.

irá começar a exibir suas fendas na década de 1960 e a se abalar cada vez mais com as crises dos anos seguintes, quando se consumariam a desocupação em massa e a fragmentação da estrutura ocupacional.

O capitalismo e o direito ao trabalho

Paradoxalmente, no momento mesmo em que desabava o comunismo, retomava sua plena importância uma das perguntas centrais que Marx formulara há um século e meio: como se pode combinar a longo prazo um crescimento capitalista impulsionado pela constante expansão da produtividade com uma efetiva garantia do direito ao trabalho a todos os cidadãos?

Hoje em dia, uma primeira resposta negativa a tal pergunta enfoca o trabalho como fator de produção para sustentar que, com efeito, os avanços da automatização o estão eliminando paulatina e sistematicamente do processo produtivo. Esta é uma versão "tecnológica" da tese do fim do trabalho, da qual Jeremy Rifkin (1996) tornou-se indubitavelmente um dos expoentes mais conhecidos.

Outra resposta, também negativa, toma um rumo diferente. Chamemo-la a versão "filosófica" dessa tese. Ela introduz uma segunda questão que se depreende da resposta negativa à primeira: como pode então permanecer estruturada em torno do trabalho uma sociedade que já não tem condições de assegurar o pleno emprego a seus membros? Dominique Meda (1995) assevera: não pode, nem deve. Há que desencantar o trabalho, libertá-lo de toda a carga utópica nele depositada ao longo dos dois últimos séculos, para que possam assim se desenvolver outras atividades "com lógica radicalmente diferente", "fontes de verdadeira autonomia e cooperação".

Entretanto, uma leitura atenta dessas duas versões da tese do fim do trabalho faz perceber que apelam a um habitual recurso: radicalizar uma idéia para torná-la mais provocativa. Que se deva "encantar" outros espaços que não o da produção não significa que a produção (e vinculado a ela o trabalho) vá desaparecer, ao menos num futuro previsível. Por isso, sobre o que no fundo estão falando é antes da crise da sociedade salarial, isto é, do trabalho assalariado como pilar da coesão social. Daí a ênfase de Rifkin (1996) na expansão complementar da economia do terceiro setor (o que na França se denomina "economia social"), enquanto Meda (1995: 303) chega a afirmar que "o verdadeiro problema de nossa sociedade não é de maneira alguma a escassez de trabalho, mas o fato de que carecemos de um modo convincente de distribuição de renda".

Esta última observação me leva a uma terceira versão do tema, a qual designarei como "sociológica". O que está em jogo neste caso é a idéia do fim do trabalho assalariado estável e bem-remunerado como perspectiva real e invencível para uma grande parte da mão-de-obra. Não se ignora que proliferam ocupações precárias e mal-remuneradas, mas, do ponto de vista do que fora a sociedade salarial, sobretudo na Europa, considera-se

Habakkuk, H.J. *American and British technology in the nineteenth century*. Londres: Cambridge University Press, 1967.

Heilbroner, Robert. *Vision of the future*. Nova York: Oxford University Press, 1995.

Hobsbawm, Eric. *Historia del siglo XX*. Barcelona: Crítica, 1995.

Jessop, Bob. *Accumulation strategies and hegemonic projects*, 1983 (mimeo).

Keane, John. *Democracy and civil society*. Londres: Verso, 1988.

Kindleberger, Charles P. *Europe's postwar growth: the role of labor supply*. Cambridge: Harvard University Press, 1967.

Kotz, David M. "Interpreting the social structure of accumulation theory". In: Kotz, M., MacDonald, T. e Reich, M. (eds.). *Social structures of accumulation*. Nova York: Cambridge University Press, 1994.

Kumar, Krishan. "The social culture of work". In: Thompson, Kenneth (ed.). *Work, employment, and unemployment*. Milton Keynes: Open University Press, 1984.

Lewis, W. Arthur. "Desarrollo económico com oferta ilimitada de mano de obra". *El Trimestre Económico*, XVII(108), 1960.

Lipietz, Alain. *Las relaciones capital-trabajo en los comienzos del siglo XXI*. Buenos Aires: ATE/Iddep, 1992.

Lunghini, Giorgio. *L'età dello spreco*. Turim: Bollati Boringhieri, 1995.

Marshall, Thomas H. *Sociology at the crossroads*. Londres: Heinemann, 1963.

Marx, Karl. *El capital*. Buenos Aires: Cartago, 1956.

_____. *Fondements de la critique de l'économie politique [Grundrisse]*(vol. 2). Paris: Editions Sociales, 1968.

Meda, Dominique. *Le travail: une valeur en vote de disparition*. Paris: Aubier, 1995.

Nun, José. "Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal". *Revista Latinoamericana de Sociología* ("La marginalidad en América Latina", número especial, ed. José Nun), V(2), 1969.

_____. "Marginalidad y otras cuestiones". *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales* (Flasco), nº4, 1972.

inaceitável incluir tais ocupações em uma definição de pleno emprego. Sendo assim, afirma-se que restaurar este último é pura utopia, e que o importante é conseguir que sua ausência se torne tolerável àqueles que a sofrem¹⁵. Para este fim seria necessário estabelecer como premissa geral o "direito a uma renda suficiente não condicionada a uma ocupação remunerada" (Offe, 1996: 25). A partir do quê se propõe uma variada série de soluções, entre as quais se destacam a "renda-cidadã" e, com ela, uma crescente "combinação de trabalho formal e de organização voluntária" (Beck, 1997: 54).

(15) Por isso Keane (1988: 96) conclama diretamente ao combate às "inequitativas, nostálgicas e contraditórias estratégias neoconservadoras e social-democratas de 'retorno' ao 'pleno emprego'".

Trabalho e acumulação capitalista

Desde já, não posso fazer justiça aqui às instigantes discussões às quais acabo de me referir, nem tampouco é este o meu propósito. Há um sentido nelas que corresponde, evidentemente, a várias das hipóteses que propus há trinta anos. Mas gostaria de formular ao menos um par de observações que servirão para pavimentar o caminho a alguns dos comentários que farei acerca do caso da América Latina.

A definição de "pleno emprego"

A primeira observação é de caráter empírico. Está longe de ser questão pacífica na literatura a proposição de que o crescimento já não gera emprego nos países industrializados. Para Fitoussi e Rosanvallon (1997: 184), por exemplo, tal proposição "vai completamente de encontro aos fatos", e portanto não há razões válidas para dizer "adeus ao pleno emprego"¹⁶. Algo similar sustenta a OIT (1996) ao mostrar que naqueles países, entre 1975 e 1982, para cada ponto percentual de aumento do produto nacional bruto houve 0,49% de expansão do emprego, elasticidade que subiu para 0,63% entre 1982 e 1993. Conclui-se que o surto do desemprego nos últimos vinte anos não se deveu, então, a um decréscimo da participação do trabalho no crescimento, mas a uma expansão mais rápida da população economicamente ativa e a um ritmo mais lento no progresso econômico (Fitoussi, 1996: 19 e 103).

do) Em outro texto, Fitoussi (1996: 29) é ainda mais categórico: "O estudo do passado não confirma em absoluto o ponto de vista pessimista sobre a possibilidade de um desemprego tecnológico duradouro".

Em boa medida, porém, também nesse caso a controvérsia gira em torno de um problema de definição. Para dizer nos termos que recordei no início do artigo, as versões "tecnológica" e "sociológica" do fim do trabalho optam pelo que equivaleria a um uso simples e direto da noção de massa marginal, na medida em que adotam como ponto de referência o setor da economia que oferece empregos estáveis, protegidos e bem-remunerados, ao passo que seus críticos recorrem ao que seria o uso mais complexo do conceito, também já apresentado, que toma em consideração a funciona-

lidade de outros tipos de ocupações e de trabalhadores para a reprodução do capital em setores que não os hegemônicos. Em outras palavras, a divergência se prende, em grande parte e mais uma vez, ao modo como se conceitua o pleno emprego.

Em corroboração a isso, volto a citar a OIT (1996: 27, ênfase minha): "um amplo núcleo da população economicamente ativa segue ocupando postos de trabalho estáveis e seguros, *embora a instabilidade e a insegurança tenham aumentado em outros segmentos do mercado de trabalho*"¹⁷. De maneira semelhante, Fitoussi e Rosanvallon (1997: 190) afirmam: "As grandes empresas multiplicam as demissões e reduzem seus efetivos, enquanto emerge um novo universo de subcontratados, de pequenas empresas de prestação de serviços e de novas formas de trabalho independente"¹⁸.

Este é um ponto especialmente importante (e ainda retornarei a ele), já que o que chamo de uso simples da noção de massa marginal pode levar a subestimar a existência de toda uma série de mecanismos de integração e de neutralização dos excedentes de população relacionados aos processos de acumulação subordinados ou secundários, a que a literatura sobre o fim do trabalho tende a não prestar a devida atenção.

Estruturas sociais de acumulação

Minha segunda observação é de caráter teórico e supõe uma crítica na qual devo incluir meus próprios escritos sobre a marginalidade.

Já mencionei que os economistas clássicos viam a economia como uma esfera autônoma, dotada de lógica própria. Neste sentido, também Marx "foi um produto de seu tempo ao conceber uma lógica econômica que se agregaria a um conjunto coerente — embora irracional —, sem necessidade da ação do Estado" (Block, 1986:180). Mais que isso, ao adotar como base de sua reflexão a Inglaterra — "o único país em que se desenvolveu plenamente o regime de produção capitalista" — e considerá-la um espelho do futuro das demais nações, Marx (1956, vol. I: 522) pôde generalizar sem maiores dificuldades essa aparente lógica, relegando variantes nacionais e outros possíveis fatores determinantes dos processos que investigava.

Pois bem, quando por minha vez elegi situar-me explicitamente nesse mesmo terreno para empreender uma revisão crítica da problemática da superpopulação relativa e do exército industrial de reserva, minhas referências à política e à ideologia não foram suficientemente sólidas para superar o economicismo produtivista da proposição original da questão. E receio que, por diversas razões (algumas delas provavelmente similares às minhas), esteja agora sucedendo o mesmo com a literatura sobre os países avançados à qual venho aludindo.

Dois achados do recente e já citado informe da OCDE mostram-se úteis para introduzir a questão. O primeiro refere-se à objetiva estabilidade

(17) Referindo-se a seus países-membros, a OCDE, em seu *Employment Outlook* de julho de 1997, declarou similantemente: "Ainda que a estabilidade no emprego, medida pelas taxas de permanência, tenha diminuído para certos grupos como os operários e os trabalhadores menos instruídos, em geral os postos de trabalho parecem tão estáveis nos anos 1990 como o foram nos anos 1980" (p. 129). No entanto, o mesmo informe constata que "a percepção da insegurança no emprego está mais difundida nesta década em todos os países da OCDE para os quais se dispõe de dados" (p. 134). Logo voltarei a esta importante questão.

(18) Lance Morrow advertia no *Time* (29/03/93): "Os Estados Unidos ingressaram na era do trabalhador contingente ou temporário, do consultor ou subcontratado, da força de trabalho *just-in-time* — fluida, flexível, disponível [...]. Os custos humanos são enormes" (apud Gordon, 1996: 223). Pouco depois, Gamst (1995: 28) usava praticamente os mesmos termos para dizer que nos Estados Unidos e Canadá "os postos de trabalho estáveis para funcionários e operários estão desaparecendo estruturalmente (isto é, permanentemente)", com o que "o contrato socioeconômico entre o capital e o trabalho está se fazendo em pedaços. Por isso, o século XXI será a era do trabalhador descartável e desarraigado e dará um novo e nítido sentido à palavra 'proletário'".

dos postos de trabalho atuais: "As evidências apontam que há *diferenças substanciais entre os países* no que diz respeito aos níveis de estabilidade, rotatividade e permanência" (OCDE, 1997: 143, ênfase minha). O segundo é de caráter subjetivo e toma a insegurança no emprego tal como é percebida pelos trabalhadores: "A insegurança é muito menor nos países onde são maiores as taxas de benefícios para o desempregado, onde é mais amplo o nível de cobertura das negociações coletivas e onde estas são mais centralizadas" (p. 150).

Tanto esses diferentes desempenhos nacionais como a incidência desses diversos sistemas de regulação servem para nos situar no terreno do que Gordon e outros denominaram "estruturas sociais de acumulação" (ver, por exemplo, Kotz, 1994)¹⁹. Dito muito esquematicamente, sabemos desde Polanyi que o processo de acumulação nem é autônomo nem possui uma lógica própria, e por isso necessita de um amplo conjunto de instituições sociais (incluindo estruturas políticas e ideológicas) que o tornem viável. É a elas que se recorre para assegurar certa estabilidade e previsibilidade a esse processo, mediante a regulação da competição capitalista no mercado, dos conflitos entre capital e trabalho e entre distintas frações do capital. Como é óbvio, tal regulação dependerá das características e da intensidade que assumam esses conflitos e essa competição, o que equivale a dizer que ela é sempre indissociável de uma história concreta e que as soluções vão variar conforme as épocas e os lugares.

As formas diversas que adquirem as relações entre capital e trabalho oferecem uma ilustração notória e singela:

Comparada com a maioria das demais economias, a dos Estados Unidos, por exemplo, confere muito menos segurança no emprego — não há regulamentação que obrigue a aviso prévio ou indenização em caso de fechamento de plantas— e apresenta uma das mais baixas proporções de trabalhadores sindicalizados, bem como negociações coletivas muito descentralizadas (Gordon, 1996: 73).

Situação que os aproxima em vários aspectos ao Canadá e à Grã-Bretanha, mas que os distancia terminantemente da experiência de países como Alemanha, Suécia ou Japão.

Aplica-se aqui, então, o que assinalei em relação ao regime social de acumulação (Nun, 1987: 38): ele deve ser concebido como uma matriz de configuração mutável em cujo interior se vão entrelaçando diferentes estratégias específicas de acumulação e táticas diversas para implementá-las, de modo que a acumulação de capital aparece sempre como "o resultado contingente de uma dialética de estruturas e de estratégias" (Jessop, 1983: 98).

Se assim é, qualquer generalização precipitada sobre o fim do trabalho se torna imediatamente suspeita. Esse "resultado contingente"

(19) Já há alguns anos introduzi o conceito de *regime social de acumulação*, que tem estreito parentesco com o de estruturas sociais de acumulação, embora seja mais determinado por suas relações com o que chamo de *regime político de governo* (Nun, 1987 e 1995). De qualquer modo, para os propósitos deste ensaio parece suficiente o que afirmo no texto.

_____. "La teoría política y la transición democrática". In: Nun, J. e Portantiero, J. C. (eds.). *Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina*. Buenos Aires: Puntosur, 1987.

_____. *Crisis económica y despidos en masa*. Buenos Aires: Legasa, 1989.

_____. "La democracia y la modernización, treinta años después". *Desarrollo Económico*, 31(123), 1991.

OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). *Employment Outlook* Paris, 1997.

O'Donnell, Guillermo. *Polyarchies and the (un)rule of law in Latin America*, 1998 (mimeo).

Offe, Claus. *Precariousness and the labor market. A medium term review of available policy responses*, 1996(mimeo).

OIT (Organização Internacional do Trabalho). *Políticas de empleo en una economía mundializada*. Ginebra, 1996.

Quijano, Aníbal. "Redefinición de la dependencia y proceso de marginalización en América Latina". In: *Imperialismo y marginalidad en América Latina*. Lima: Mosca Azul, 1969.

_____. *Polo marginal y mano de obra marginal*. Cepal, 1970 (mimeo).

pode levar ou não a uma adequação dinâmica entre os tipos de inovações tecnológicas que se implementem e os recursos produtivos disponíveis; pode proteger ou não segmentos essenciais da economia dos efeitos da globalização; pode levar ou não a políticas tributárias e sociais que propiciem uma progressiva redistribuição da renda etc. O importante é advertir que os aumentos de produtividade não geram necessariamente desocupação: tudo depende, de um lado, de como se os obtenha e, de outro, de que exista ou não uma demanda global capaz de absorver o conseqüente crescimento da produção. E isso já não constitui um efeito direto da mudança tecnológica, mas um resultado das políticas macroeconômicas que se adotem e, finalmente, das correlações de força e do contexto social, político e ideológico que prevaleçam. O que equivale a dizer que o efeito sobre o emprego de qualquer processo de crescimento está longe de ser um fenômeno estritamente econômico²⁰.

A crise da sociedade salarial

Gostaria de acrescentar uma terceira observação para evitar mal-entendidos. Como já indiquei, no atual debate acerca do fim do trabalho nos países industrializados há consenso pelo menos sobre um tema, quer seja ele explicitado ou não: refiro-me à crise da sociedade salarial que se configurou no pós-guerra.

Conforme os lugares e as circunstâncias, tal crise se manifesta ou não na incidência de altas taxas de desocupação. Reitero, porém, que este não me parece o ponto central. É notável, por exemplo, que justamente no Reino Unido e nos Estados Unidos, em 1996, depois de quatro anos consecutivos de queda do desemprego, os trabalhadores registrassem os níveis mais altos de insegurança acerca de seu futuro profissional (OCDE, 1997: 146).

Não há dúvida de que a superpopulação relativa há muito deixou de ser mero sinônimo do exército industrial de reserva, mas insisto: não podemos passar de uma visão dominada pela fábrica, e segundo a qual um conjunto bastante homogêneo de trabalhadores flutuava conforme as circunstâncias entre o emprego e o desemprego, para uma outra em que a demanda de mão-de-obra se encolhe cada vez mais e a desocupação tecnológica se converte em destino inelutável de uma multidão cada vez maior de excluídos sociais.

Em face do que Heilbroner (1995) denomina "crescimento normal" (para diferenciá-lo daquele que resulta de grandes e fortuitas transformações como aquelas derivadas do advento dos trens no século XIX ou do automóvel no século XX), sua conjectura acerca do futuro do trabalho assalariado nos países industrializados soa razoável: "uma desocupação indesejável ainda que não calamitosa, panorama que talvez não gere temores profundos mas que tampouco pode suscitar expectativas compla-

(20) Entre 1973 e 1992, por exemplo, os Estados Unidos e a França cresceram à mesma taxa anual média de 2,3%, mas em um caso o nível de desemprego permaneceu mais ou menos constante enquanto no outro aumentou consideravelmente. Como observa Cohen (1998: 95), esta diferença remete bem menos ao crescimento em si do que às diversas modalidades de regulação das respectivas economias e até aos distintos significados culturais que se atribuem à situação de desemprego. Sobre a relação entre as políticas sociais e as demandas de qualificação nos serviços, ver Block, 1990: 111, e Therborn, 1986.

_____. *La economía popular y sus caminos en América Latina*. Lima: Mosca Azul, 1998.

Revista Latinoamericana de Sociología ("La marginalidad en América Latina", número especial, ed. José Nun), V(2), 1969.

Rifkin, Jeremy. *El fin del trabajo*. Barcelona: Paidós, 1996.

Schumpeter, J. A. *Capitalismo, socialismo y democracia*. Cidade do México: Aguilar, 1961.

Scitovsky, Tibor. *Welfare and competition*. Londres: Allen and Unwin, 1951.

Smith, John G. *Full employment: a pledge betrayed*. Londres: MacMillan, 1997.

Therborn, Goran. *Why some peoples are more unemployed than others?* Londres: Verso, 1986.

Unctad (United Nations Conference on Trade and Development). *Trade and development report*. Nova York/Genebra, 1997.

centes" (p. 102). Eu acrescentaria, em consonância com o que já afirmei sobre a crise da sociedade salarial, que tampouco pode dar motivo a "expectativas complacentes" a forte possibilidade de expansão das ocupações precárias e dos empregos informais. Mas isso diz menos da exclusão em sentido estrito que da segmentação dos mercados de trabalho e do aumento de novas formas de retenção e de exploração de mão-de-obra: uma coisa é estar fora e outra estar dentro ainda que mal ou muito mal.

Creio que a distinção é significativa. Primeiro, porque se os desocupados de hoje estão a caminho de converter-se, em muitos lugares, em "um grupo puramente virtual, sem representação" (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 205), o mesmo não sucede necessariamente com essas outras frações às quais me refiro. Depois, porque aqueles que exploram esses trabalhadores têm interesses instituídos em que se mantenha a situação e, portanto, seus possíveis modos de resistência também devem ser incluídos em nossos arrazoados acerca do futuro do emprego. E, finalmente, porque distinguir casos que são efetivamente distintos abre caminho para a análise dos mecanismos de afuncionalização dos excedentes populacionais que podem estar operando em locais e momentos determinados, mediante fatores como idade, gênero, etnia e localização geográfica²¹.

Este último ponto não apenas remete à possibilidade de que em tais contextos a integração do sistema e a integração social não tenham correlação e de que, ao contrário do que se poderia esperar, esta não-correlação se constitua em importante fator de estabilidade, tal como se verificou historicamente na América Latina. Ao mesmo tempo, ter como perspectiva de curto e médio prazos não tanto a desapareição do trabalho assalariado, mas o aumento das ocupações precárias e uma crescente estratificação da força de trabalho, nos coloca ante o problema mais amplo da vigência dos princípios igualitários e de justiça social e nos desafia a imaginar novas estratégias de intervenção que contribuam para implementá-los. Como sugere Esping-Andersen (1997: 243),

aparece como a solução mais lógica repensarmos nossas idéias sobre a redistribuição e os direitos: admitindo aqui e agora desigualdades para alguns mas ao mesmo tempo garantindo àqueles para quem é ainda pior o "aqui e agora" que isso não se perpetue, que a marginalização não se torne uma situação permanente da vida de ninguém.

O caso da América Latina

Não é por acaso que a discussão sobre a marginalidade tenha começado na América Latina. Tampouco que neste contexto é que tenha surgido como tema, já há três décadas, a irrelevância de parte substancial da população excedente para a reprodução do setor capitalista que

(21) Meu comentário busca ampliar e dotar de complexidade observações como esta, restrita à situação de desemprego: "Aumentos do desemprego não levaram necessariamente, como se supunha, a que governos perdessem eleições. Uma das razões para tal deve ser que o aumento da desocupação tende a afetar inicialmente a comunidade em geral (e é associado a um aumento mais patente de falências) e em seguida se concentra nos setores da sociedade mais preteridos" (Smith, 1997: 10). Coincidentemente, Quijano (1998: 92), após passar em revista a literatura sobre o setor informal, conclui que o seu achado mais interessante talvez seja que nesse setor "opera um fator decisivo: a identidade de grupo (étnica, regional, religiosa, familiar e política)" como "o principal suporte da coesão da unidade de atividade econômica".

hegemonizava um processo de desenvolvimento desigual e dependente. Mesmo nas melhores épocas do processo de industrialização por substituição da importação no pós-guerra (cujas características variaram de país para país), os níveis de desocupação e de subocupação regionais nunca estiveram abaixo de 30%. E mesmo ali onde se implementaram algumas formas *sui generis* de Estados de Bem-estar jamais se estabeleceu algo como uma sociedade salarial à européia.

Isto não quer dizer, porém, que entre 1950 e 1980 não tenham diminuído a força de trabalho agrícola (de 55% para 32%) e, assim, uma parte da pobreza no campo. Ou que não tenha ocorrido no período uma expansão muito significativa da educação em todos os níveis, a despeito de sua baixa qualidade e de seu caráter pouco equitativo. Ou ainda que não se tenham ampliado os estratos urbanos médios e altos. Mas o modo de desenvolvimento que em geral prevaleceu (repito, com trajetórias nacionais por certo muito diferentes) redundou em um processo de crescimento descontínuo que acabou gerando maior concentração da renda e dificuldades cada vez mais sérias de absorção da mão-de-obra disponível — e isso apesar de uma profunda defasagem de produtividade em relação aos países industrializados²².

A "década perdida"

O esgotamento dessa etapa (talvez mais aparente que real em países como Argentina ou Brasil), a grave crise da dívida externa e a pressão exercida pelos grandes interesses transnacionais que se foram articulando em torno do chamado "Consenso de Washington" levaram em quase todos os países a mudanças drásticas nos regimes sociais de acumulação vigentes.

As novas diretrizes passaram a ser o enxugamento do Estado (com as privatizações e a redução dos gastos públicos como principais estandartes); a estabilidade econômica, por meio de persistente combate à inflação e maior disciplina fiscal; a desregulamentação dos mercados, conferindo-se absoluta prioridade ao investimento privado; e uma abertura das economias ao comércio e às finanças internacionais que em nenhuma outra parte do mundo foi tão abrupta e intensa²³.

Essas transformações radicais marcariam a chamada "década perdida" de 1980, durante a qual a renda nacional *per capita* da região caiu em 15% e a concentração da riqueza cresceu significativamente (exceto na Colômbia, Costa Rica e Uruguai). Segundo estimativas da Cepal (e embora nesse período a pobreza no campo não tenha tendido a aumentar), a proporção de domicílios abaixo da linha de pobreza passou de 35% em 1980 a 37% em 1986 e a 39% em 1990.

Quanto à mão-de-obra, nessa década contraiu-se a ocupação no setor público e diminuíram os empregos não-especializados no setor formal urbano, enquanto aumentaram os postos de trabalho especializados e

(22) Referindo-se a esse período, Altimir (1997: 7) se pergunta por que, em face das melhoras educacionais, taxas de crescimento mais moderadas estiveram quase sempre acompanhadas de maior desigualdade. E responde: "Uma hipótese admissível é que com taxas de crescimento baixas e instáveis os fatores institucionais e a segmentação do mercado de trabalho prevalecem sobre a dinâmica do capital humano na manutenção ou incremento das vantagens da educação no setor formal e na manutenção até mesmo dos trabalhadores com bom nível de instrução mal-remunerados nas atividades informais".

(23) Um informe da Unctad (1997: 124) aponta com relação ao Japão e aos países do Sudeste Asiático que em nenhum deles "se empreendeu uma ampla liberalização comercial e financeira da economia sem que antes se absorvesse o excedente de mão-de-obra; nem tampouco foram expostos setores específicos do mercado doméstico à concorrência estrangeira antes de se obter um aumento significativo da produtividade e da aprendizagem". Na América Latina, ao contrário, tal abertura se implantou em geral como uma resposta ao completo fracasso na tentativa de criar uma estrutura industrial ao mesmo tempo competitiva e eficiente.

técnicos e cresceu relativamente a ocupação em setores de baixa produtividade. O balanço é claro: o emprego nas atividades formais se incrementou a uma taxa de 2,5% ao ano, enquanto a subutilização da mão-de-obra urbana se expandiu de maneira uniforme a um ritmo de 5% ao ano (Altimir, 1997: 13). Em suma, recrudesceram ainda mais os processos de marginalização.

Desigualdade e massa marginal

Essa tendência não se reverteu nos anos 1990, quando se supunha que os ajustes começariam a render frutos. Ao contrário, intensificaram-se as mudanças regressivas na composição do emprego: se em 1990 o setor moderno/formal absorvia 48% da força de trabalho, em 1996 essa proporção baixou para 43%. Compreende-se: de cada cem novos empregos gerados entre esses anos, 85 corresponderam a atividades informais (trabalhadores por conta própria, microempresas e serviços domésticos), de baixa qualificação e remuneração e a descoberto de qualquer proteção social²⁴. Ao mesmo tempo, declinou o emprego nas indústrias médias e grandes, de modo que nove em cada dez novos postos de trabalho foram criados nos serviços, dos quais 90% informais²⁵.

Em um tal contexto adquirem dimensão muito maior minhas observações anteriores de que a marginalidade social excede sobejamente o problema do desemprego. A taxa de desocupação aberta da América Latina, que oscila em torno de 8%, é à primeira vista inferior à média dos países da União Européia, mas revela-se altíssima quando se observa que a quase totalidade dos latino-americanos sem trabalho carece dos seguros e benefícios a que têm direito seus congêneres europeus. Além disso, mais da metade das pessoas ocupadas hoje em dia nas cidades da região são trabalhadores não registrados, mal-remunerados, instáveis e não têm nenhuma proteção social nem perspectivas reais de ascensão profissional. A isso acresce que as reformas introduzidas no setor moderno/formal em nome da flexibilização levaram a um barateamento do custo da mão-de-obra, por meio da demissão de trabalhadores estáveis e da expansão do número de trabalhadores sem contrato ou com contrato temporário — isto é, mediante uma precarização crescente do emprego também no setor moderno/formal.

Acompanhado que esteve de uma grande concentração de renda entre os 20% mais ricos da população, este processo teve um efeito tão previsível como evidente: "na América Latina a desigualdade é maior agora que quando estourou a crise da dívida" (Unctad, 1997: 133). Mais ainda: nada indica que esta desigualdade — que é a mais alta do mundo — tenda a se corrigir no futuro (p. 148).

E justamente a desigualdade foi sempre o núcleo da nossa reflexão sobre a massa marginal e sobre a crescente segmentação dos mercados de trabalho e das atividades direta ou indiretamente ligadas a eles. No que

(24) Salvo quando indicado, os dados que utilizo nesta seção provêm do *Panorama laboral 1997*, elaborado pela Oficina Regional para a América Latina e o Caribe da OIT (Lima, Peru).

(25) Hoje, na Argentina — um dos países mais "modernos" da América Latina —, "o trabalho permanente, estável e registrado engloba uma parcela muito pequena da força de trabalho" (*Clarín*, 22/11/98). Segundo dados oficiais mais recentes, apenas um terço da população economicamente ativa está empregada no setor formal, incluindo trabalhadores sob contratos temporários, parciais ou "em fase de experiência", enquanto 25% da PEA está no setor informal, 27% são trabalhadores por conta própria, em sua grande maioria não registrados, e 14% (cerca de dois milhões de pessoas) estão em desemprego aberto.

concerne à trajetória da desocupação aberta na América Latina nos próximos anos, creio que em certa medida pode servir também aqui o prognóstico de Heilbroner (1995) para os países industrializados: será muito incongruente e errática mas não necessariamente muito pior, salvo acontecimentos imprevisíveis mas não improváveis²⁶. Em contrapartida, a permanecer este estado de coisas a perspectiva é de que continue a se deteriorar seriamente a qualidade das ocupações e se torne ainda mais regressiva a distribuição de renda. E em um mundo globalizado isto inevitavelmente afetará de forma negativa o próprio processo de acumulação de capital, em face da falta de incentivos, da insuficiência dos mercados e da poupança internos e do fato de que esse processo passou a depender fundamentalmente de investimentos externos.

Reverter tal situação, de modo a promover um crescimento econômico sustentável e equitativo, exigiria, entre tantas outras coisas, políticas ativas para promover o aumento da poupança nacional, desenvolvimento da capacidade científica e tecnológica, educação e treinamento da mão-de-obra, reforma fiscal progressiva, redistribuição da renda, inserção dos excluídos etc.²⁷ Em outras palavras, demandaria transformações muito profundas nos regimes sociais de acumulação vigentes. É fácil, por exemplo, concordar com Altimir (1997: 27) em que a aceleração do crescimento e o aumento da equidade requerem um Estado que complemente os sinais do mercado e que coordene especificamente para esses fins a gestão macroeconômica, as reformas institucionais, o desenvolvimento dos mercados de fatores e as medidas microeconômicas. Mas isso pressupõe alterar as alianças ora dominantes e sair da camisa-de-força do *"there is no alternative"*. Em outras palavras, como não poderia ser diferente, o grande tema ainda é o da política e das relações de poder.

(26) Embora tal formulação possa parecer estranha, com ela aludo à grande vulnerabilidade externa das economias latino-americanas, que torna bastante prováveis as crises, embora seja difícil prever as formas e os ritmos que elas podem vir a assumir em cada momento e país.

(27) Evidências reunidas no início da década de 1990 para Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela revelam, por exemplo, que os setores que auferem rendas de propriedades e de empresas consomem em média mais de 85% de tais rendas, gasto que equivale aproximadamente a 40% da renda nacional (Unc-tad, 1997: 172). Como se vê, seguem vigendo plenamente os mecanismos de dissipação dos excedentes econômicos a que se referiu Paul Baran há quase meio século.

Trinta anos depois

Quando elaborei inicialmente a tese da massa marginal, meus propósitos imediatos eram três. Antes de mais nada, pôr em evidência a relação estrutural entre os processos de acumulação capitalista prevalentes na América Latina e os fenômenos da pobreza e da desigualdade social, em contraste com as tendências então em voga de fazer recair as responsabilidades sobre as próprias vítimas (programas de promoção popular, literatura da "cultura da pobreza" etc.). Em seguida, indicar a heterogeneidade e a crescente fragmentação da estrutura ocupacional e suas conseqüências em termos da formação de identidades sociais. Assim, não é de somenos que a visão de Marx acerca da superpopulação relativa estivesse dominada pela modalidade flutuante, o que o levava a supor que a maioria dos trabalhadores teria em algum momento de suas vidas essa experiência da fábrica que ele considerava tão crucial para a configuração de suas solidariedades e antagonismos. O terceiro de meus

propósitos era chamar a atenção para os modos como incidia sobre a integração do sistema a necessidade de afuncionalizar os excedentes de população para evitar que se tornassem disfuncionais, dando lugar, por exemplo, a mecanismos de dualização e de segregação que eram muito menos resquícios de um passado ainda tradicional que expressões de um presente já moderno.

Se tudo isso ocorria numa época em que, mal ou bem, as ideologias dominantes na América Latina incluíam em suas agendas de inspiração keynesiana o problema da distribuição da renda, a respeito do qual atribuíam papel central à ação do Estado, a situação se deteriorou notoriamente hoje em dia, como o testemunham as estatísticas que apresentei aqui. Por um lado, a globalização tem exercido forte impacto no recrudescimento dos fenômenos aos quais me referi²⁸. Por outro, as correntes neoliberais em voga não só rechaçam Keynes como também arrogam-se o abandono neoclássico da preocupação por parte dos economistas clássicos com a distribuição de renda: o mercado a prover e o fará tanto melhor quanto mais reduzido seja o governo e menos interfiram os sindicatos e as organizações populares.

No entanto, há uma diferença nada irrelevante no contexto ao qual aludiam minhas análises de três décadas atrás. Se desde os anos 1980, sob aspectos certamente diversos, vêm se estabelecendo na América Latina regimes políticos de democracia representativa, como se vinculam a eles os processos de marginalização em curso e o pobre futuro que se pode aventar para o trabalho assalariado de boa qualidade nesses países? Responder mesmo que brevemente a esta pergunta me reenvia ao campo das advertências que mencionei no início.

Apontei em outra oportunidade (Nun, 1991) o forte verniz schumpeteriano que adquiriu a literatura política da América Latina ao cair das ditaduras locais e o modo como ela inverteu uma relação que no pós-guerra fora ponto quase indiscutível entre os teóricos da modernização: primeiro o desenvolvimento econômico e social e depois a democracia política. Incorreu assim esta literatura em uma contradição bastante evidente: extraiu de Schumpeter a definição procedimental da democracia sem atentar para as condições que ele impunha à sua própria definição, a começar pelo mero fato de que a restringia ao caso dos modernos países industrializados²⁹.

Para usar os termos que T. H. Marshall colocaria em moda a partir dos anos 1940, pôs-se toda a ênfase na dimensão *política* da cidadania, enquanto se fez pouco da dimensão *civil* e prestou-se uma atenção quase de todo retórica à dimensão *social*. Alguns dos danos provocados estão bem visíveis.

Em primeiro lugar, a população latino-americana goza muito incompletamente dos direitos civis, como o evidenciam na maioria dos países a crise e a subordinação política dos sistemas de Justiça, a disseminada privatização e feudalização dos aparatos legais, as práticas abertamente discriminatórias das forças de segurança pública, os repetidos intentos de

(28) A constatação comparativa da Unctad (1997: 137) para o caso dos países de renda média (sobretudo os da América Latina) é tão válida quanto pouco auspiciosa: "Os pobres têm sofrido com a liberalização do comércio porque não eram suficientemente pobres ou suficientemente numerosos. Ademais, esses países não conseguem expandir suas exportações intensivas em qualificação porque não podem competir com os países industrializados".

(29) "Se um físico observa que o mesmo mecanismo funciona de modo diferente em épocas e lugares distintos, conclui que seu funcionamento depende de condições exógenas. Nós não podemos senão chegar à mesma conclusão no que se refere ao sistema democrático" (Schumpeter, 1961: 368).

cercear as liberdades de imprensa e de associação, a impunidade das práticas de corrupção etc.³⁰

Em segundo lugar, se nas democracias estabelecidas o individualismo contratualista da dimensão civil da cidadania sempre esteve em conflito aberto ou latente com a solidariedade coletiva em que se inspira sua dimensão social, na América Latina (salvo raras exceções) o nítido viés de classe da primeira e a extrema debilidade da segunda aprofundaram e estenderam a distinção que fez Marshall entre os cidadãos plenos, semiple-nos e os não-cidadãos.

Desde Rousseau, Jefferson ou Tocqueville sabemos que a democracia exige a participação de pessoas dotadas de autonomia moral, sem o que não são possíveis nem as deliberações nem as escolhas conscientes e responsáveis. Por sua vez, essa autonomia moral demanda um grau razoável de independência e segurança econômicas, e por isso o *farmer* cumpria papel central nas reflexões desses autores. Muitos anos depois, o trabalhador estável da sociedade salarial iria substituir o *farmer* como sujeito de uma cidadania não somente civil e política, como também social³¹.

É precisamente isso o que não está ocorrendo hoje na América Latina com respeito a substanciais setores da população. À diferença das transições democráticas do pós-guerra na Alemanha Ocidental, Áustria e Itália, primeiro, e na Grécia, Portugal e Espanha, posteriormente, aqui o aumento da pobreza e da desigualdade e a ausência de redes de proteção social adequadas estão conduzindo à consolidação de democracias representativas excludentes, com uma minoria de cidadãos plenos, o que equivale a dizer que se trata de regimes políticos pouco democráticos e pouco representativos.

Nessas condições, vislumbram-se hoje escassos sinais de uma recomposição progressiva e ampla da situação, o que não necessariamente prenuncia uma explosão iminente do protesto social, pois há muito aprendemos que nem mesmo o protesto social é um recurso sempre suficiente ou acessível para os menos favorecidos — ainda mais quando eles são amplamente supérfluos. Sem dúvida, continuarão a se multiplicar os conflitos localizados, especialmente de índole defensiva. Mas é mais provável ainda que continuem a se desenvolver essas formas perversas de integração social que se encarnam no clientelismo, na criminalidade, no comércio ilegal, na proliferação de guetos e populações marginalizadas e na persistência de modos brutais de exploração da mão-de-obra.

Em síntese, se não se colocarem no centro do debate econômico, social e político latino-americano os problemas associados da superpopulação relativa e da distribuição de renda, nem um nem outro se solucionarão por efeito colateral de qualquer outro processo — e o nebuloso futuro do trabalho assalariado irá então obscurecer todas as formas da vida social.

(30) Ver a respeito O'Donnell (1998), que, citando Domingo Villegas, se refere a um "desenvolvimento dualista do sistema de Justiça", centrado naqueles aspectos "que preocupam os setores modernizantes da elite econômica em assuntos relacionados à economia, aos negócios ou às finanças, [enquanto] outras áreas de litígio e de acesso à Justiça permanecem intocáveis, corruptas e com uma persistente ausência de infra-estrutura e de recursos".

(31) "A verdade é simples: sem segurança material não há liberdade política" (Beck, 1957: 53).

Recebido para publicação em 2 de dezembro de 1999.

José Nun é pesquisador do Conicet e diretor do Instituto de Altos Estudios Sociales da Universidad Nacional de General San Martín.

Novos Estudos

CEBRAP

N.º 56, março 2000

pp. 43-62
